



SINDICATO TRAB. RURAIS DE INDIANÓPOLIS E
EXTENSÃO DE BASE – SÃO MANOEL DO PARANÁ
Av. Felisberto Nunes Gonçalves, 29 - Centro - CEP: 87210-000
Indianópolis/PR - CNPJ: 81.836.165/0001-08
E-mail: sindianopolis@irapida.com.br
Fone/Fax: (0xx44) 3674-1221

OF. 004/2019

Indianópolis, 29 de março de 2019

Ilmo. Sr.
Presidente do Sindicato Rural Cianorte – PR

Prezado Senhor

Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, de acordo com o Artigo 611 e 859, da Consolidação das Leis do Trabalho e demais disposições da matéria, associados deste Sindicato, deliberarem convidar a Diretoria desta prestigiosa Entidade Sindical para comparecer a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte, no dia 15 de abril de 2019 às 14:00 horas, com a finalidade de se discutir e deliberar as bases para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, para o período de 2019/2021, nos termos do rol de reivindicações que segue anexo.

Não havendo compadecimento no prazo estabelecido, o processo será encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho/PR. Para convocação da mesa redonda.

Confiantes na boa acolhida, valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente



WILSON DE SOUZA SILVA

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Indianópolis

Recebi o original do presente em

_____/_____/_____

Assinatura



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Indianópolis e Extensão de base em São Manoel do Paraná,
Avenida Felisberto Nunes Gonçalves, 29 – Centro – CEP. 87.235000 Indianópolis PR. CNPJ: 81.836.165/0001-08 -
E-mail: strindianopolis@fetaep.org.br
Fone/fax: 44-3674-12-21 ou celular 44-8453-2853

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INDIANÓPOLIS E EXTENSÃO DE BASE EM SÃO MANOEL DO PARANÁ REALIZADA NO 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Aos vinte e oito dias do mês fevereiro de 2019 às 17:00, em segunda convocação na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Indianópolis e Extensão de Base em São Manoel do Paraná situado na Av. Felisberto Nunes Gonçalves nº29, nesta cidade de Indianópolis, Estado do Paraná, reuniram em Assembléia Geral Extraordinária os trabalhadores da categoria profissional da agricultura, sócios deste Sindicato com base territorial no município de Indianópolis, conforme Edital publicado no jornal Tribuna de Cianorte edição 8010 do dia 22 de fevereiro de 2019, de acordo com os Artigos 611 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade exclusiva de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata da assembléia anterior; 2) Apreciação, discussão e deliberação sobre o percentual de aumento salarial e outras reivindicações de caráter econômico e social, visando a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo; 3) Deliberação sobre a autorização à Diretoria do Sindicato outorgar poderes especiais a essa Diretoria, com objetivo da celebração da Convenção Coletiva de Trabalho. Não havendo possibilidade de negociação coletiva, a instauração do Dissídio Coletiva de interesse da categoria profissional da agricultura, nos limite da base territorial do sindicato dos trabalhadores Rurais de Indianópolis e Extensão de Base em São Manoel do Paraná; 4) Deliberar sobre a fixação da mensalidade social a ser descontada (com autorização do Trabalhador) todos os trabalhadores pertencentes à categoria, sócios ou não do sindicato, uma vez que as conquistas da negociação serão extensivas a toda a categoria, para fins assistenciais; 5) Não havendo, na hora acima indicada, número legal de associados presentes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, à assembléia será realizada uma hora após, ou seja, às 17;00 horas, do

mesmo dia e local, em Segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, de conformidade com o artigo 611 de seu Estatuto Social e art. 859, da CLT. O senhor Presidente, abrindo os trabalhos, solicitou que fossem indicados os nomes para direção dos trabalhos, tendo sido indicados os senhores Wilson de Souza Silva para presidente; Giselia Maria dos Santos Custodio e para secretária e Alicia Ferreira Gomes de Freitas e Sonia Aparecida Veronez Demori para escrutinadores. A seguir o Senhor Secretário informou que a assembléia está sendo realizada em segunda convocação, por não haver número legal de associados presentes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, sendo que o quórum é previsto no art. 611 dos estatutos Sociais, ou seja, pelo número de associados presentes, onde 103(cento e tres)associados. O Senhor Presidente declara instalada a Assembléia, passa à leitura do Edital de Convocação e dá cumprimento ao primeiro item da ordem do dia, lendo a Ata da Assembléia anterior, que tendo sido achado conforme foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu o plenário sobre a importância da renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como as normas a serem observadas para sua formalização. Informou ainda que em caso de insucesso nas negociações na esfera administrativa, o processo deverá ser encaminhado ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região para instauração do Dissídio Coletivo. O Sr Presidente informou à assembléia que a Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo, constituem a forma mais importante e viável pela qual a categoria através do Sindicato, em sua base territorial tem possibilidade de conseguir melhores condições para os trabalhadores na agricultura, esclareceu também que o objetivo da Assembléia é o exame e deliberação das cláusulas que deverão ser pleiteadas na negociação da Convenção Coletiva de Trabalho. Colocando em apreciação o segundo item da ordem do dia, o plenário deliberou, que por se tratar da mesma matéria seria discutida e homologada com o quarto item da ordem do dia.O Sr. Presidente apresentou para a apreciação e discussão do plenário, a proposta da diretoria do Sindicato constando os principais itens de reivindicação; tendo em vista os graves problemas sociais que vem afligindo os trabalhadores rurais, e que esta diretoria apresenta as seguintes propostas que foram acolhidas nas bases para serem apreciadas e debatidas pela Assembléia: **CLÁUSULA PRIMEIRA -**



VIGÊNCIA E DATA-BASE As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES RURAIS**, com abrangência territorial em **Cianorte/PR. Salários, Reajustes e Pagamento - Piso Salarial** -**CLÁUSULA TERCEIRA – PISO NORMATIVO** Fica assegurado aos empregados abrangidos pelo presente instrumento o piso mínimo mensal da categoria, durante a vigência da presente CCT, de: R\$ 1.289,86 (um mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos); o piso mínimo diário será de R\$ 43,00 (quarenta e três reais); o piso mínimo hora será R\$ 5,86 (cinco reais e oitenta e seis centavos), para desempenho da função de **TRABALHADOR RURAL**. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ficam estabelecidas como mão de obra especializada as funções de motorista, tratorista, retireiro, carpinteiro, campeiro, operador de colheitadeira e máquinas pesadas, tendo estes, o direito de perceberem os seguintes salários normativos: a). Até 12 meses contínuos de serviços prestados para o mesmo empregador R\$ 1.621,74 (um mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos). b). Após 12 meses de serviços contínuos prestados para o mesmo empregador R\$ 1.780,78 (um mil, setecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos). **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os pisos acima ficam assegurados desde que a atividade descrita no Parágrafo Primeiro seja desenvolvida durante todo o horário de trabalho e seja contínuo, caso revés, será considerado como trabalhador rural, fazendo jus ao piso normativo da categoria, conforme dispõe o *caput* dessa cláusula, e o mesmo ocorrerão nos casos de trabalhos eventuais ou esporádicos. **PARÁGRAFO TERCEIRO:** O empregado para fazer jus aos pisos descritos no parágrafo primeiro deverá possuir curso de qualificação profissional por empresa devidamente qualificada, com **CERTIFICADO**, para o desempenho das respectivas funções. **PARÁGRAFO QUARTO:** Para as funções de tratoristas, operadores de colheitadeiras, máquinas pesadas e equipamentos com necessidade de conhecimentos técnicos, o empregado para fazer jus a tal piso, deverá ter cursos que o habilitam ao exercício da função, com o devido **CERTIFICADO**, cursos estes oferecidos por empresas qualificadas ou pelo empregador,



inclusive curso para manutenção do equipamento que irá operar. Poderão ser aplicadas provas práticas de conhecimento, para aprovação ou não para o exercício da função. **Reajustes/Correções Salariais CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO** O salário de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional, que recebem salário acima do Piso Salarial será reajustado no percentual de **8% (oito por cento)**, aplicados sobre o salário vigente em abril de 2019, ficando assegurada a proporcionalidade aos empregados admitidos após a data base (maio). **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS E COMPROVANTES

Fica o empregador obrigado a efetuar o pagamento do trabalhador rural em moeda corrente, cheque pagável na praça, em que está localizada a sede/filial da empresa empregadora ou ainda através de depósito em conta corrente do empregado. **PARÁGRAFO ÚNICO:**No caso de pagamento em conta bancária, as discriminações dos valores creditados serão através de demonstrativos correspondentes que serão entregues uma via ao empregado, sendo que o crédito correspondente na conta bancária equivale a quitação do mesmo, dispensando-se com o presente outras formalidades. **Salário produção ou tarefa**

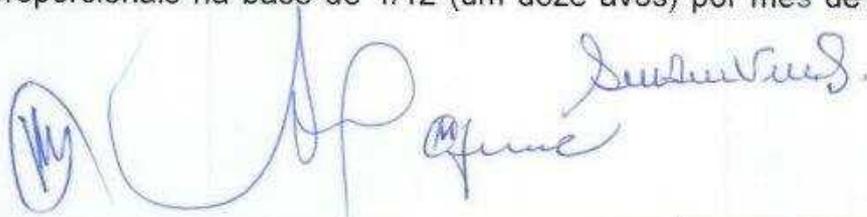
CLÁUSULA SEXTA – PRÊMIOS E ABONOS Faculta-se aos empregadores o pagamento de prêmios/gratificações/abonos prêmios/abonos/PLR (participação de Lucros e Resultados), de produtividade, durante os períodos de safra, de acordo com tabelas firmadas entre as partes, que não serão integralizados à remuneração do empregado. Quando ocorrer a prestação de serviços por produção ou tarefa, que dependam de valor a ser estipulado por unidade (peças, hectares, metros, quilos, etc...), poderá ser instituída comissão representativa dos empregados e empregadores, para a definição do preço por unidade daquele dia, após tal definição, será lavrado termo ou tabela a ser homologada pelo Sindicato representativo da categoria obreira, pois, muitas vezes levasse em conta o grau de dificuldade para realização dos serviços para a determinação do preço. **PARÁGRAFO ÚNICO:**Não integralizarão à remuneração do empregado a liberalidade outorgada pelo empregador ao empregado de criar para si pequenos e grandes animais dentro da propriedade rural, como também de efetuar pequenas plantações para si. **Descontos Salariais**



CLÁUSULA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA OU MENSALIDADE SOCIAL Nos termos do Art. 8º, IV, da Constituição Federal, e Art. 08 – Letra (A) do Estatuto Social da Entidade, fica estabelecida a Contribuição Sindical ou Mensalidade Social, no percentual de 2% (dois) por cento, a ser descontada mensalmente em favor desta Entidade, do salário bruto dos trabalhadores rurais filiados a este Sindicato, que será recolhida através de boleto bancário emitido diretamente pela Entidade, ressalvando o direito de oposição pelo trabalhador no prazo de 10 (dez) dias antes da data prevista para o seu desconto, que deverá ser feita por escrito diretamente pelo trabalhador na secretaria de sua entidade de classe. Caso o empregador não venha fazer o desconto, assumirá para si responsabilidade quanto ao pagamento. O limite máximo do desconto mensal será de R\$ 30,00, ficando autorizada a alteração deste valor através de celebração de Termo Aditivo.

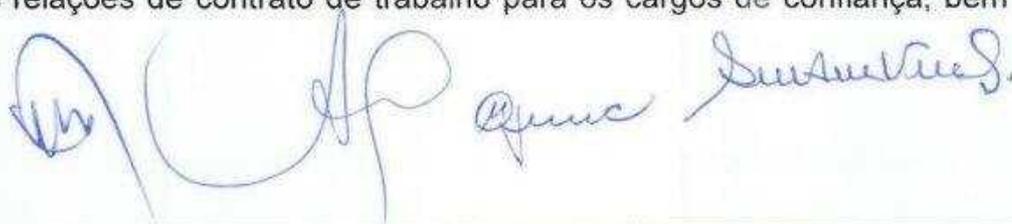
CLÁUSULA OITAVA – DESCONTOS PREVISTOS Além dos descontos previstos em Lei, fica o empregador autorizado a descontar em folha de pagamento de seus empregados, valores referentes à: fornecimento de cestas básicas, gêneros alimentícios, ticket alimentação, prêmio de seguro de vida em grupo e seguro de saúde, assistência médica, laboratorial, odontológica e farmacêutica, vale refeição, vale transporte, mensalidades e despesas efetuadas na associação de empregados, empréstimos e ou financiamentos, telefonemas particulares, 2º via do crachá, prejuízos causados na forma dolosa ou culposa, contribuição confederativa ou mensalidade social, transporte, fotocópias, marmitas, materiais usados e outros itens que seja de interesse dos empregados e seus dependentes. **Outras normas referentes a salários,**

reajustes, pagamentos e critérios para cálculo - CLÁUSULA NONA - DO TRABALHADOR VOLANTE OU TEMPORÁRIO Assegurar que seja acrescido no salário diário da categoria, do trabalhador volante ou temporário, um valor referente à 1/6 (um sexto), do salário diário para atendimento do repouso semanal remunerado, bem como o valor referente à 1/12 (um doze avos) do salário diário para: aviso prévio, férias, 13º salário, mais 1/3 (um terço) das férias e 11,20% do salário diário, para fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Na cessação de contrato de trabalho, mesmo o empregado com menos de 12 (doze) meses de labor, terá direito à remuneração das férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço, ou fração



superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – MULTA CONVENCIONAL Instituição da multa de 50% (cinquenta por cento), do salário da categoria, por cláusula descumprida das obrigações de fazer estabelecidas neste instrumento normativo, revertendo em favor do prejudicado e dobra na reincidência. Estabelecem as partes multa diária de 5% (cinco por cento) sobre o saldo salarial na hipótese de atraso no pagamento de salário, revertido ao empregado, ressalvado o direito à Empregadora em estabelecer acordo para dilatação do prazo de pagamento diretamente com o Sindicato dos Trabalhadores. **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Adicional de Hora-Extra - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORA-EXTRA** As horas extras serão acrescidas de 60% (sessenta por cento), sendo que a jornada extraordinária será feita de acordo com as necessidades do empregador, ficando desde já autorizada a todos os empregadores integrantes da categoria profissional, a realizarem horas suplementares nos termos do artigo 59 da CLT. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Pactuam as partes que os empregado que recebem salário por produção e trabalha em horas extraordinárias tem direito à percepção apenas do adicional de horas extras, vez que o período extraordinário já está sendo remunerado pela produção auferida. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** As horas extras habitualmente trabalhadas deverão ser consideradas como integradas para todos os efeitos na remuneração do trabalhador, tanto para o cálculo do aviso prévio, como de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, feriados e indenização por tempo de serviço ou fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Ficando assegurado ainda, que as horas trabalhadas nos domingos e feriados, não compensadas e não escalonadas, sejam pagas em dobro. **PARÁGRAFO TERCEIRO: FUNÇÕES E CARGOS DE CONFIANÇA** As partes signatárias do presente termo aditivo à convenção coletiva de trabalho anuem e reconhecem como cargo de confiança, os cargos com nomenclatura de supervisor, engenheiro, gerente, detentores de procuração e outros cargos que se enquadrem nos requisitos previstos no artigo 62 da CLT, os quais de fato tem poder de mando, não cumprem um horário pré-determinado de trabalho e não possuem controle de jornada e, portanto, não fazem jus a horas extras. **PARÁGRAFO ÚNICO:** O empregador poderá adotar livre estipulação nas relações de contrato de trabalho para os cargos de confiança, bem como



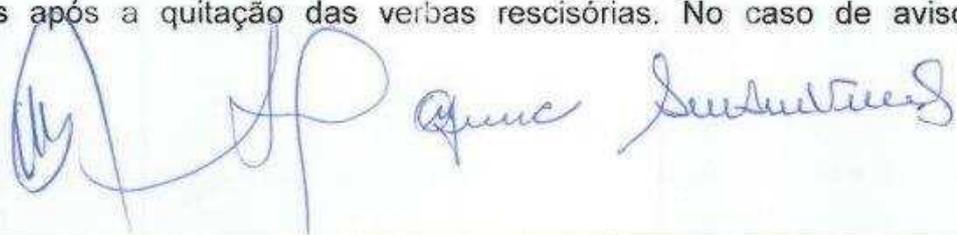
para todos os colaboradores que estiverem inseridos na hipótese do artigo 444, parágrafo único, da CLT. **Adicional Noturno - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno, como conceituado em Lei, será pago com um adicional de 30% (trinta por cento) sobre a hora normal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Quando o empregador fornecer os equipamentos de proteção individual (luvas, capacetes, botas, máscaras, macacão, etc...), e se com o uso de tais equipamentos ocorrerem à neutralização da insalubridade, NÃO SERÁ DEVIDO O ADICIONAL, o mesmo só será devido mediante a comprovação através de laudo técnico expedido por um profissional habilitado (engenheiro de segurança do trabalho), de acordo com a classificação dos graus de incidência (máximo, médio e mínimo), a serem apurados com base no SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL o percentual incidente. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica estipulado diária de 05 (horas) aos trabalhadores que exerçam atividade com defensivos agrícolas, com equipamentos de operação manual (maquina costal), ainda que motorizado (maquina motorizada costal) durante o manuseio e aplicação, exceto tratorizado. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando o empregador fornecer os equipamentos de proteção individual (luvas, capacetes, botas, máscaras, macacão, etc), e se com o uso de tais equipamentos ocorrer à neutralização da insalubridade, não será devido o adicional insalubre, neste caso ainda (neutralização insalubridade) a redução da hora descrita na cláusula acima, passará a ser de 06 (seis) horas em tal atividade e o restante da jornada de trabalho o trabalhador poderá realizar outros serviços leves (capinas, limpezas, etc...).

Adicional de Insalubridade - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
O adicional de periculosidade, deverá ser pago nos termos previsto na legislação pertinente. **Auxílio Habitação - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO HABITAÇÃO** Assegurar ao trabalhador permanente, o direito à moradia existente na propriedade rural, sem nenhum desconto, a título de comodato. Não sendo considerado como salário "in natura" ou salário utilidade. Na cessação do contrato de trabalho, caso o aviso prévio seja trabalhado o empregado terá direito a permanecer na residência até 48 (quarenta e oito) horas após a quitação das verbas rescisórias. No caso de aviso prévio



indenizado o empregado terá direito a permanecer na residência até 30 (trinta dias) a contar da assinatura do aviso. **Auxílio Alimentação -**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Por liberalidade do empregador e ao seu critério, poderá ser fornecido aos empregados rurais: cereais, leite, carne, energia elétrica, e outros produtos, e caso não ocorra o desconto nos salários dos empregados, tais fornecimentos não serão considerados salário *in natura* ou salário utilidade. **Contrato de**

Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades - Normas para Admissão/Contratação - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATO DE

TRABALHO O empregador poderá utilizar-se do trabalhador temporário, quando a legislação permitir, podendo formalizar acordo coletivo com o sindicato representativo da respectiva categoria profissional. O empregador poderá utilizar-se dos contratos de safra, anotando-se na CTPS do empregado ou formalizá-los na época, estipulando os direitos e obrigações dos safristas e lhes entregando cópia do contrato. Tal disposição também se aplica aos tratoristas e aos motoristas contratados para as sazonalidades. Atendendo a natureza transitória dos serviços prestados (adubação, aleiramento, raleio, desbrota, inseminação, etc...), poderá o empregado ser contratado por prazo determinado, o qual se resolverá com a conclusão dos serviços especificados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REGISTRO EM CTPS

Assegurar a obrigatoriedade do registro em CTPS do empregado, de todas as anotações referentes ao contrato de trabalho. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA -**

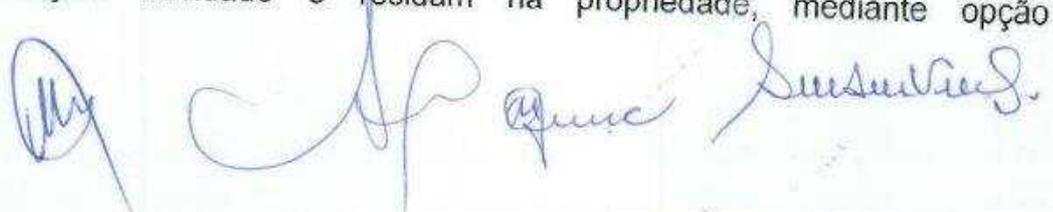
CONTRATAÇÃO PARA MESMA FUNÇÃO Admitido empregado para a função

de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual na função, sem considerar vantagem pessoal, desde que o funcionário possua produtividade e perfeição técnica ao empregado substituído, bem como o tempo de serviço não seja superior a dois anos, atendendo assim, o disposto no artigo 461 § 1º da CLT, podendo ainda as partes firmar termo de compromisso e responsabilidade quanto à função a ser desenvolvida.

Desligamento/Demissão - CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO - VERBAS

RESCISÓRIAS E AVISO PRÉVIO Assegurar que a rescisão do contrato de

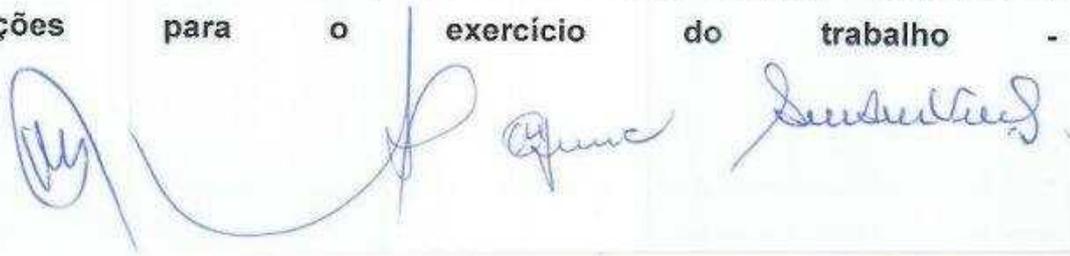
trabalho, sem justa causa do chefe da unidade familiar, seja extensiva à esposa, às filhas solteiras e aos filhos menores de 20 (vinte) anos de idade, que exerçam atividade e residam na propriedade, mediante opção



destes. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O empregado deverá ser dispensado do cumprimento do aviso prévio quando concedido pelo empregador, assim que conseguir novo emprego, ficando com direito a receber apenas os dias trabalhados. O aviso prévio será sempre comunicado por escrito, com contra-recibo, esclarecendo se será trabalhado, domiciliar ou indenizado. **Suspensão do Contrato de Trabalho CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO** Nos termos do art. 476-A da CLT, as partes acordam a possibilidade das empresas pelo Sindicato Patronal, adotarem a suspensão contratual, para a participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional, oferecido pelo empregador através de meios próprios ou de convênios com terceiros, com duração equivalente ao período de suspensão contratual, observados os seguintes critérios: A suspensão contratual dos empregados, terá um limite máximo de 5 (cinco) meses e só poderá ser estendida aos empregados que estejam sob o regime de contrato por prazo indeterminado. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo limite fixado no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado mediante acordo coletivo de trabalho com aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período, nos termos da lei. O período da suspensão contratual de cada empresa, dentro do limite acima estabelecido, será por ela definida, com a comunicação antecipada de 15 (quinze) dias ao Sindicato, conforme o disposto no § 1º, do art. 476-A da CLT. Dentro deste período entre a comunicação ao Sindicato e o efetivo início da suspensão, a empresa se obriga a acolher a aquiescência formal dos empregados que estiver sujeitos a suspensão, sem o qual ela não poderá ser adotada. Fica facultado a empresa, a concessão ou não para o empregado, de uma ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, independente da bolsa de qualificação profissional, mencionada no parágrafo 3º do Artigo 476-A da CLT. A empresa que não puder conceder esta ajuda compensatória, mencionada no item anterior poderá fazer um adiantamento salarial mensal, para cada empregado, podendo descontar parceladamente na folha de pagamento, ao final da suspensão contratual, com o retorno do empregado ao trabalho. Durante o período de suspensão contratual os empregados a ela submetidos farão jus aos benefícios que voluntariamente sejam concedidos pelo empregador aos demais



empregados. O empregado se obriga a comparecer ao curso ou programa de qualificação profissional oferecido pela empresa durante o período de suspensão contratual. **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE TRABALHO POR PEQUENO PRAZO** As partes convencionam a possibilidade da contratação nos termos da Lei n.º 11.718 de 20.06.2008, ou seja, a contratação de trabalhadores rurais por pequeno prazo, que no período de 01 (um) ano, não poderá superar 2 (dois) meses (60 dias), desde que pagas às obrigações sociais, sendo que ultrapassado tal período, o contrato de trabalho passa a ser considerado por prazo indeterminado. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contrato de trabalho por pequeno prazo deverá ser formalizado mediante a inclusão do trabalhador na GFIP, na forma do § 2º do artigo 1º da Lei n.º 11.718/08; **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Mediante anotação na CTPS e no Livro de Registro de Empregados ou mediante contrato por escrito, em duas vias, uma para cada parte; **PARÁGRAFO TERCEIRO:** Identificação da propriedade rural onde o trabalho será executado, com a indicação da respectiva matrícula imobiliária. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS PROIBIÇÕES/OBRIGATORIEDADES** Assegurar que tanto os trabalhadores, quanto os empregadores ou chefes de turmas, sejam proibidos do uso de arma de fogo ou arma branca, no trabalho. Fica proibido a contratação de trabalhadores volantes por meio de intermediários, exceto nos casos previstos em Lei. **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades – Estabilidade Geral - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADES** Garantia de estabilidade no emprego aos empregados permanentes por 01 (um) ano que antecedem à data de direito à aposentadoria integral, por idade ou por tempo de serviço integral, desde que o empregado comprove tal situação ao empregador no ato da despedida e mediante ressalva no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, podendo ser despedido por justa causa comprovada. **PARÁGRAFO ÚNICO:** Assegura-se ao empregado o direito à renúncia da estabilidade prevista no caput, a qual deverá ser manifesta por escrito, ficando isento os empregadores de quaisquer pagamentos adicionais e/ou penalidades. **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho -**



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONDIÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Os empregadores com mais de 20 (vinte) trabalhadores, deverão possuir na propriedade um local coberto, com bancos, mesa e fogão, mesmo rústico, para que os trabalhadores possam aquecer suas refeições e ter proteção das intempéries, desde que não possua ônibus na lavoura. Poderá, a critério do empregador ser fornecido aos trabalhadores marmitas térmicas, não havendo assim, necessidade do fogão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONVÊNIO COM CRECHES

Fica facultada a instalação de local destinado à guarda de crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos de idade e convênio com creches, quando existentes na empresa mais de 30 (trinta) mulheres, maiores de 18 (dezoito). Outras normas de

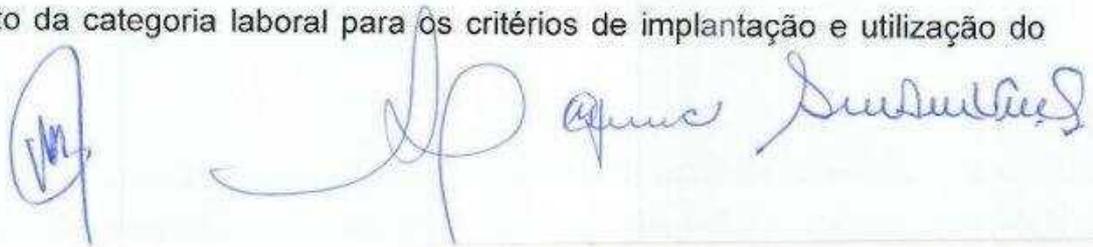
peçoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DIAS DE COMPRA

Seja autorizado aos trabalhadores permanentes, chefe de família e desde que residam na propriedade rural, a faltarem preferencialmente no sábado da semana do recebimento dos salários, para efetuarem compras com direito ao salário de quatro horas daquele dia. A critério do trabalhador este pode renunciar a referido direito, desde que comunique por escrito o empregador. Mediante anuência do empregador as 4 (quatro) horas destinadas às compras, poderão ser usufruídas em outro dia da semana, desde que sejam realizadas após o pagamento dos salários e até o dia 20 de cada mês. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os trabalhadores que prestam serviço em sistema de escalonamento de folgas ou compensação, não serão devidos o dia de compra, no período em que prestarem serviços em tal condição, tendo em vista a concessão de folgas em dias alternados, tendo assim condições de efetuar suas compras em tais dias, bem como, para os trabalhadores que não laboram aos sábados, já que neste dia (sábado) podem dirigir-se até a cidade para efetuar suas compras, bem como para os que trabalham em período noturno, também será indevido o dia de compra. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TRANSPORTE TRABALHADORES** Assegurar o fornecimento de transporte gratuito aos trabalhadores em ônibus ou caminhões, em condições de segurança, com armação segura, cobertura com lona, com bancos fixos, motoristas habilitados e seguro coletivo, ficando proibido o transporte de

ferramentas soltas junto com as pessoas conduzidas. **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – TRABALHADORES PERMANENTES** Assegurar que o trabalhador permanente que resida na propriedade rural e com família constituída tenha uma horta coletiva ou individual, ao lado de sua residência, pois os mesmos produtos contribuirão para a melhoria da alimentação própria e de sua família, sendo a área da horta de 60m² (sessenta metros quadrados por núcleo familiar do trabalhador rural). Nas rescisões de contrato de trabalho, com ou sem justa causa, a horta não causará ônus ao proprietário e o trabalhador não terá direito a nenhuma indenização pelos produtos da horta. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Se o trabalhador dentro de 90 (noventa) dias não explorar a terra dedicada à horta, perderá o direito à mesma, sem causar ônus ao proprietário, e caso a horta coletiva e/ou individual já constituída, não for cultivada pelo trabalhador dentro de 30 (trinta) dias corridos, perderá ele o direito à mesma, sem causar ônus ao proprietário. **Outras estabilidades - CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE À GESTANTE** A estabilidade a gestante deverá seguir a legislação vigente.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas, Prorrogação/Redução de Jornada - CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – JORNADA DE TRABALHO Nos termos do Art. 235-C das Consolidações das Leis do Trabalho, com redação dada pelas Leis 13.103/15 e 13.154/15, ficam os empregadores autorizados a prorrogar a jornada diária das categorias, cargos e funções previstas no Caput e demais parágrafos do referido artigo celetário em até 04 (quatro) horas extraordinárias. **PARAGRÁFO PRIMEIRO:** Para os empregadores que possuem acordo coletivo de banco de horas vigente com o Sindicato da categoria laboral, as 3 (três) primeiras horas extraordinárias diárias trabalhadas poderão ser lançadas no banco de horas, seguindo as regras individuais de cada acordo. A quarta hora extraordinária diária trabalhada será obrigatoriamente paga com seu acréscimo convencional. **PARAGRÁFO SEGUNDO:** Para os empregadores que não possuem acordo coletivo de banco de horas vigente com o Sindicato da categoria laboral, todas as horas extraordinárias diárias trabalhadas serão pagas conforme cláusulas convencionais. **PARAGRÁFO TERCEIRO:** Fica autorizado aos empregadores celebrarem acordos diferenciados com o sindicato da categoria laboral para os critérios de implantação e utilização do



banco de horas. **Compensação de Jornada -**
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS

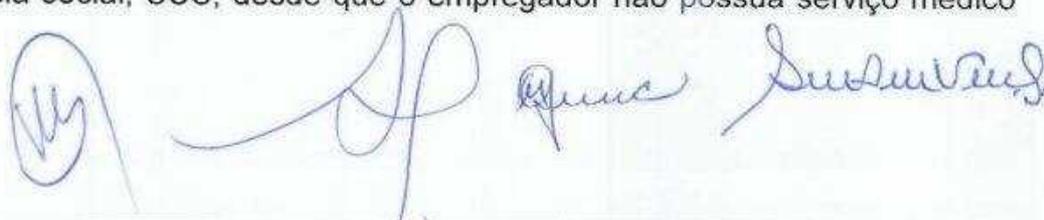
Fica autorizado aos empregadores celebrarem acordos diferenciados com o sindicato da categoria para os critérios de implantação e utilização do BANCO DE HORAS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

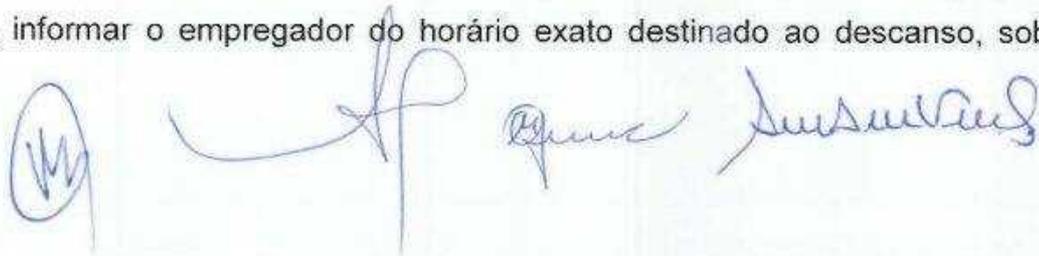
Fica autorizado aos empregadores celebrarem acordos de compensação, alteração de jornada de trabalho, e escalonamento de folgas, individual ou coletivamente, diretamente com seus funcionários, desta forma, tem-se como cumpridas as formalidades legais. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Estipula-se nos termos do artigo 7º inciso XXV que, havendo acordo de compensação de horas de trabalho, a prática de horas extraordinárias não habituais realizadas durante a semana não acarretarão nulidade do acordo de compensação celebrado, sendo considerada, para todos os efeitos legais, como hora extraordinária aquela que efetivamente ultrapassar a jornada da compensação (8h48min diários) ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Em quaisquer casos de compensação de horário de trabalho, ou escalonamento de folgas, sempre será aplicado o Súmula 85 do TST. **Intervalos para Descanso - CLÁUSULA**

TRIGÉSIMA QUARTA - INTERVALOS PARA REFEIÇÕES Para as funções de campeiro e retireiro, poderá haver intervalos de almoço e café superior a 02h00min (duas horas) sem que seja considerada jornada extraordinária ou tempo a disposição do empregador, sendo obrigatória a anotação em CTPS e/ou ficha de registro. **Faltas - CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FALTAS**

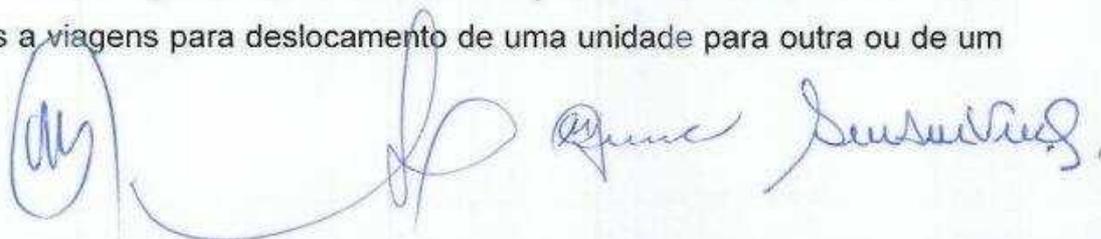
Assegurar aos trabalhadores salários integrais, tendo como base o piso normativo da categoria profissional, quando estes se encontrarem à disposição do empregador, mesmo nos dias em que não houver trabalho por motivos climáticos, desde que se apresentem eles no local de prestação de serviço. No caso de trabalhadores volantes e temporários, o salário ser-lhes-á assegurado, desde que tenham sido deslocados para o local de trabalho e ali permaneçam até o final da jornada de trabalho. Assegurar o reconhecimento por parte do empregador, de atestados médicos e odontológicos, acompanhados de receituário médico, apresentados por empregados permanentes, passados por profissionais contratados pelo sindicato ou que sejam credenciados pela previdência social, SUS, desde que o empregador não possua serviço médico



ou odontológico, nos casos de tratamento especializado e casos de urgência ou fora do horário de expediente, e ainda que sejam autorizados por médico do empregador ou profissional por ele indicado. Em tais atestados deverão conter obrigatoriamente o CID e a identificação do trabalhador, devendo ser ainda apresentados ao empregador no dia útil seguinte ao afastamento, sob pena, de ser considerado, como falta injustificada ao serviço. Para os empregados que laboram na base de produção (comissão, toneladas, feixe, metros, tarefas, etc...), o atestado será remunerado tomando-se como base para cálculo, o piso normativo da categoria profissional. As faltas justificadas, relacionadas no art. 473 da CLT, serão remuneradas, tomando-se como base de cálculo, o valor do piso normativo da categoria profissional. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Assegurar aos trabalhadores o abono de falta, limitada a 02 (duas) faltas no ano, decorrente de pedidos de benefícios previdenciários mediante declaração do sindicato da categoria ou comprovante da autarquia. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** O abono referido no parágrafo anterior não se aplica para funcionários que trabalham no turno da noite. **PARAGRAFO TERCEIRO:** Para os empregados que trabalhem em escala de folga, cujo descanso semanal ocorra durante dias úteis, como por exemplo, escala 5x1, o abono de falta será limitado a 01 (um) dia no ano decorrente de pedidos de benefícios previdenciários mediante o comprovante da autarquia. **Outras disposições sobre jornada - CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO/INTERVALOS** O empregador, com mais de dez empregados, utilizará da forma que lhe convier, controles manuais ou eletrônicos de apuração da produção e da jornada de trabalho do empregado, ficando autorizado a adotar sistema alternativo de controle de jornada de trabalho (livro ponto, cartão ponto, talões, coletores eletrônicos, etc...) nos termos contidos no artigo 3º da Portaria nº 373/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os empregadores que utilizarem anotação de ponto mecânico ou eletrônico, os empregados ficarão dispensados de fazê-la no intervalo para refeição e descanso, nos termos da portaria nº 3.626/91 do MTPS, devendo constar no cabeçalho do controle de ponto, discriminadamente tal horário. Quando o trabalhador reduzir seu horário de alimentação e descanso, ao findar seu expediente laboral, deverá de próprio punho, informar o empregador do horário exato destinado ao descanso, sob

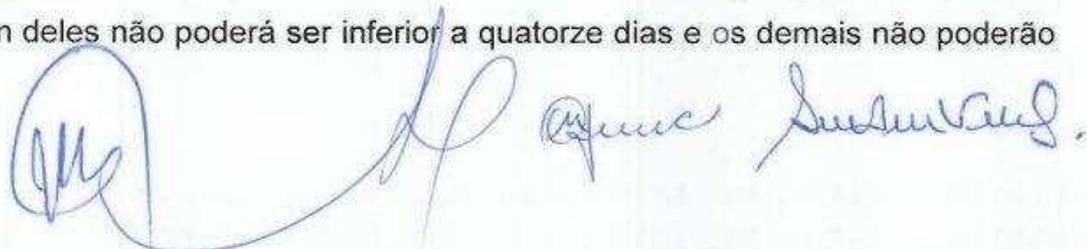


pena de não o fazendo, ficar caracterizado que usufruiu o tempo descrito no cabeçalho dos controles de horário. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Dentro do período estipulado pelo empregador para alimentação e descanso, poderá o empregado escolher o horário de intervalo que melhor lhe aprouver, desde que este intervalo seja de, no mínimo 1 hora, constando no cabeçalho/rodapé do controle de horário, a título de exemplo da seguinte forma: "O intervalo de 1 hora para refeição que poderá ser usufruído no período das 10 às 14 horas". Poderá o empregador conceder outros intervalos, a seu critério, como por exemplo, intervalo para lanche, não sendo estes computados na jornada de trabalho nos termos do art. 5º da lei 5889/73 e poderá ainda o empregador, determinar que o horário de intervalo seja dividido em turmas, sendo que uma turma fará o intervalo no primeiro horário estipulado e a segunda turma no horário seguinte. **PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para os empregadores que adotarem sistema de anotação de ponto mecânico ou eletrônico, não serão considerados como extraordinários, os cinco minutos que antecedem ou sucedem a jornada de trabalho, inclusive no intervalo de refeição. **PARÁGRAFO QUARTO:** Para os trabalhadores que prestam serviços em frentes de trabalho em diversas propriedades, o horário de entrada dos serviços, poderá sofrer alterações, sendo computada a jornada diária a partir do início registrado nos controles de horário, sendo que o horário de saída será aquele após o cumprimento da jornada diária de 8h48min, 8h00, 7h20min, 4 horas ou outro previamente estipulado entre as partes obedecendo sempre o limite legal, assim, por exemplo, se o empregado inicia sua jornada às 7h20min, tendo uma jornada diária de oito horas, e intervalo de duas horas, o horário de saída será às 17h20, não sendo caracterizada, referida alteração, compensação ou alteração de horário de trabalho. **PARÁGRAFO QUINTO:** Ficam expressamente excluídas da jornada de trabalho dos empregados pertencentes à categoria, as horas destinadas a cursos, palestras, seminários, visitas em feiras, demonstrações e exposições agropecuárias e demais inerentes ao aperfeiçoamento profissional e intelectual do empregado, desde que autorizados pelo empregador para realização, não sendo consideradas tais horas para qualquer efeito legal, inclusive as destinadas à viagem para tal realização. Ficam igualmente excluídas da jornada de trabalho as horas destinadas a viagens para deslocamento de uma unidade para outra ou de um

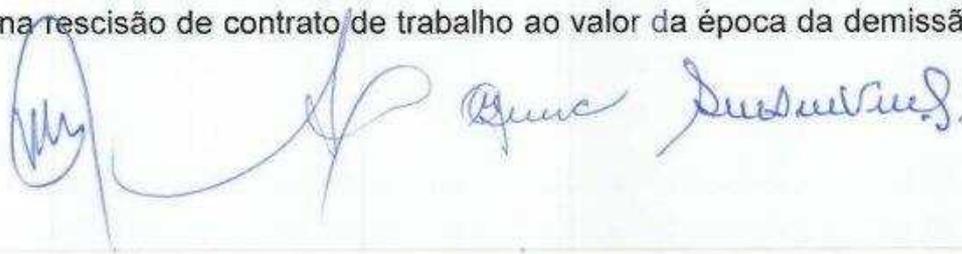


estabelecimento do grupo para outro, qualquer que seja a finalidade, desde que o empregador disponibilize hospedagem para o funcionário na unidade em que estiver em viagem, ficando a critério do empregado pernoitar ou seguir viagem. Caso este opte por viajar e não aguardar o dia seguinte, tais horas não serão consideradas como horas extras. **PARÁGRAFO SEXTO:** Fica assegurado ao empregado o direito de conferência do controle de horário ou outra forma de controle da jornada, sempre que julgar necessário, a fim de dirimir qualquer dúvida existente. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HORAS IN ITINERE/PERCURSO** Considerando que o disposto no art. 58, § 3º da CLT, aplica-se somente às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo as partes, com fulcro no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, que para as demais categorias empresariais, as horas de percurso entre ida e volta dos trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva, inclusive temporários ou volantes, desde que o transporte seja fornecido pelo empregador, será pago o valor da hora normal de trabalho, e seguirá os parâmetros abaixo: a) Para o transporte realizado da cidade de embarque até a distância de 25 Km (vinte e cinco quilômetros) onde prestará os serviços, as horas percurso serão remuneradas em 30min (trinta minutos) diários, compreendido ida e volta, ou 0:15 minutos para ida e 0:15 minutos para retorno; b) Para o transporte realizado da cidade de embarque para a distância acima de 26 Km (vinte e seis quilômetros) onde prestará os serviços, as horas percurso serão remuneradas em 01h00min (uma hora) diária, compreendido ida e volta, ou 0:30 minutos para ida e 0:30 minutos para retorno. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Nos dias em que não ocorrer a prestação de serviços total ou parcial (chuva), ou por qualquer outro motivo, e o trabalhador receba salário integral em tal dia, as horas percurso não serão devidas, desde que, o trabalhador fique dispensado do cumprimento do horário no tempo correspondente (0:30min ou 1h00min), retornando mais cedo para sua residência, ou seja, as horas *in itinere* serão compensadas com a correspondente diminuição da jornada de trabalho.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias -
CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até 03(três) períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias e os demais não poderão



ser inferiores a cinco dias corridos cada um, de acordo com o previsto no Art. 134, SI^o, CLT. PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de concessão de férias coletivas, a empresa fica autorizada a fazer a conversão do abono pecuniário de 1/3 do período de férias, nos termos do §2º do Art. 143, da CLT, respeitando os períodos mínimos de concessão de férias previstos legalmente. PARÁGRAFO SEGUNDO: O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, exceto em relação ao pessoal sujeito a folgas alternadas cujo início das férias não deverá coincidir com o dia do repouso. PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo concordância do empregado, poderá o empregador antecipar o gozo das férias de seus trabalhadores, quer sejam normais ou coletivas, mesmo àqueles que ainda não façam jus à concessão, compensando-se esta antecipação quando adquirir o direito ou na rescisão de contrato de trabalho, o que ocorrer primeiro. **Saúde e Segurança do Trabalhador – Equipamentos de Segurança - CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FORNECIMENTO DE EPI - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL** Assegurar o fornecimento de equipamentos de proteção contra acidentes de trabalho e os meios de proteção que o serviço requer, com obrigatoriedade de uso pelo empregado conforme legislação. Obriga-se o empregador a fornecer os equipamentos de proteção contra acidentes de trabalho, bem como proceder recomendações, orientações a respeito dos meios de utilização pelos empregados sendo que o uso pelos empregados é de caráter obrigatório. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso do empregado não utilizar os EPI's, estando comprovada a orientação ao mesmo quanto a obrigatoriedade do uso dos EPI's, caso ocorra acidente de trabalho que tenha comprovado nexos causal com a não utilização dos mesmos, tal ato será considerado como falta grave, ficando o empregado enquadrado na alínea "e" do artigo 482 da CLT. PARÁGRAFO SEGUNDO: Embora o fornecimento dos EPI's seja de responsabilidade do empregador, sua conservação é de inteira responsabilidade do empregado, durante a vida útil do EPI. Caso o Empregado venha danificá-lo, modificá-lo ou extraviá-lo ser-lhe-á cobrado o valor de mercado da época da substituição do mesmo. Quando do desligamento do empregado, por quaisquer motivos, o mesmo fica obrigado a devolver ao empregador os EPI's que lhe forem entregues, sob pena de sofrer descontos na rescisão de contrato de trabalho ao valor da época da demissão.



Exames

Médicos

-

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – EXAMES DEMISSIONAIS Devido à natureza das atividades sazonais, as partes convencionam a ampliação do prazo de dispensa da realização do exame médico demissional para 180 (cento e oitenta) dias após a realização do último exame, seja ele admissional ou periódico, no caso de desligamento dos trabalhadores. **Aceitação de**

Atestados

Médicos

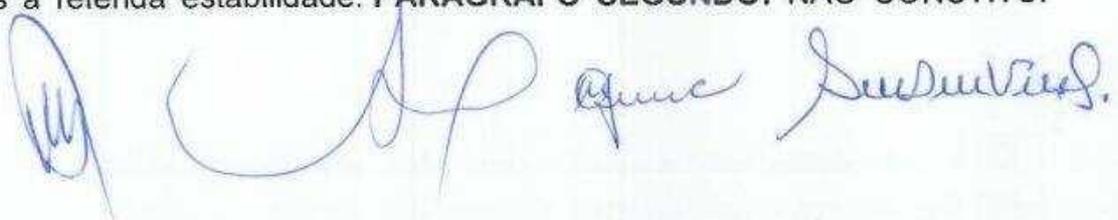
-

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADO MÉDICO Assegurar o pagamento dos primeiros dias, conforme estabelecido em Lei, em que o trabalhador permanente fica impossibilitado de trabalhar por motivo de doença acidentária ou acidente do trabalho comprovado. **Primeiros Socorros**

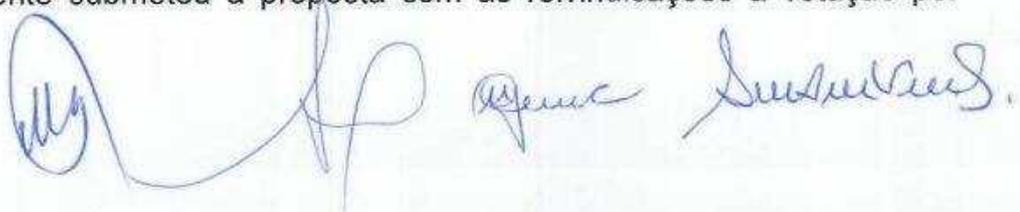
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - TRANSPORTE DE TRABALHADORES PARA ATENDIMENTO HOSPITALAR Fica o empregador obrigado a efetuar o transporte gratuito e imediato do trabalhador até o hospital mais próximo credenciado ao Sistema Público de Saúde, em caso de acidente de trabalho, para que receba assistência médica, desde que resida na propriedade. **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente -**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO SERVIÇO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT E SESTR) Nos termos da NR 31, item 31.6.10, as partes acordam que as empregadoras que mantiverem atividades agrícolas e industriais interligadas poderão, a seu critério, a constituir um único Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho que será dimensionado de acordo com os critérios estabelecidos pela NR escolhida (NR4 ou NR31). Esse órgão tratará das questões relacionadas à segurança e saúde de todos os seus empregados, independentemente de categoria profissional.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ACIDENTE DE TRABALHO O empregado que sofrer acidente de trabalho, conforme definido pela legislação previdenciária, terá estabilidade provisória, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a Lei 8.213, Art. 118, desde que o período do afastamento dos serviços seja superior a quinze dias e que tenha recebido auxílio doença acidentário. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O empregado que acidental-se e que deliberadamente não comunicar tal fato ao empregador, para que este elabore a devida Comunicação de Acidente de Trabalho, não fará jus à referida estabilidade. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** NÃO CONSTITUI

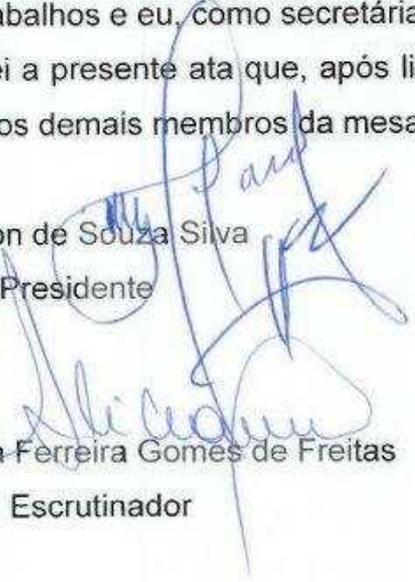


ACIDENTE DE TRABALHO: O acidente ocorrido durante o trajeto da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, quando o empregado desviar-se do seu percurso normal ou o acidente ocorrido quando o empregador fornecer transporte a seus funcionários e estes, deliberadamente, fizerem uso de veículo próprio ou de terceiros durante o trajeto casa-trabalho-casa. Em ambos os casos, fica o empregador eximido de qualquer culpa sobre o ocorrido, bem como de eventuais danos pessoais ou materiais, não tendo, o empregado direito a qualquer estabilidade. **Relações Sindicais - Procedimentos em Relação a Greves e Grevistas - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – MOVIMENTO GREVISTA** Todo e qualquer movimento grevista deverá observar os requisitos legais previstos na legislação vigente. **Disposições Gerais – Outras Disposições - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ENTRADA EM VIGOR** A presente convenção coletiva de trabalho, só entrará em vigor, após o seu competente depósito na Delegacia Regional do Trabalho, no Estado do Paraná, de acordo com o artigo 614, parágrafo primeiro da CLT. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DATA BASE** As partes ora signatárias poderão realizar reuniões com a finalidade de alterarem a data base da categoria, para tanto, caso isto ocorra, celebrarão termo aditivo a presente Convenção Coletiva de Trabalho. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DISTRATO** O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: I - saldo de salário; II - Férias vencidas e proporcionais com 1/3; III – 13º salário proporcional; IV - aviso prévio, se indenizado, por metade; V - multa rescisória, por metade. Salienta-se, que com este acordo, o empregado está autorizado a levantar 80% do valor dos depósitos do FGTS, mas não terá direito a receber o seguro-desemprego. (Art. 484-A, CLT; Art. 20, inciso 1-A da Lei nº 08.036/90). **PARÁGRAFO ÚNICO -** Na hipótese do empregado estável efetuar o Distrato com o empregador, ficará caracterizada a renúncia a eventual estabilidade, mediante assistência do respectivo sindicato. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – TERMO ADITIVO** Acordam as partes ora signatárias que até o mês de Abril de 2020, reunir-se-ão para celebrar termo aditivo relativo às cláusulas econômicas da presente CCT e outras que se fizerem necessárias. Encerradas as discussões, o Sr. Presidente submeteu a proposta com as reivindicações à votação por

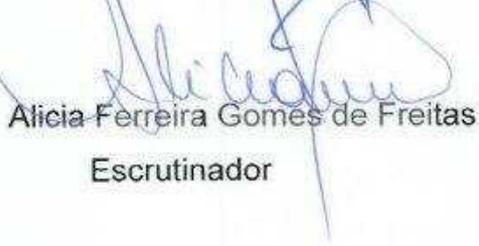


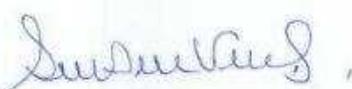
escrutínio secreto, as quais foram aprovadas recebendo **103** votos SIM e **0** votos NÃO, e autorizando o desconto da importância de **1 diária** de cada um dos empregados, sócios ou não do Sindicato, no primeiro pagamento aumentado, a título de Contribuição Assistencial. Em seguida foi colocado em discussão o terceiro item da ordem do dia, recebendo manifestações favoráveis do plenário a que fosse dada autorização da Diretoria do Sindicato, para realizarem gestão junto à Entidade Sindical Patronal, com o objetivo da realização da Convenção Coletiva de Trabalho e outorgar poderes a esta diretoria, para negociar as cláusulas deliberadas pela Assembléia, podendo variar caso achassem necessário ou, em caso de insucesso nas negociações, a instauração do Dissídio Coletivo. A proposta foi levada à votação por escrutínio secreto recebendo **103** votos favoráveis e **0** votos contrários, constatando-se aprovada a delegação de poderes a diretoria do Sindicato para estabelecer Convenção Coletiva de Trabalho ou, em caso de não haver possibilidade de negociação, instaurar o Dissídio Coletivo e plenos poderes à Diretoria para negociar as cláusulas propostas, podendo variar caso necessário. Esgotados os assuntos da ordem do dia, o Sr Presidente encerrou os trabalhos e eu, como secretária, **Giselia Maria dos Santos Custodio**

lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelos demais membros da mesa.


Wilson de Souza Silva
Presidente


Giselia Maria dos Santos Custodio
Secretária


Alicia Ferreira Gomes de Freitas
Escrutinador


Sonia Aparecida Veronez Demori
Escrutinador